



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2021



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ivanete dos Santos de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Ivanete dos Santos de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-167-8
DOI 10.22533/at.ed.678211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Ivanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título. CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

Ilvanete dos Santos de Souza

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E SEUS IMPACTOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA AÇAIZAL – AMAZÔNIA – BRASIL

Hellen Regina Martins Rocha

Vanja da Cunha Bezerra

Messias Furtado da Silva

Claudio Emidio-Silva

DOI 10.22533/at.ed.6782111061

CAPÍTULO 2..... 15

MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLITICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

Armanda Rachel Botelho Mourão

William de Farias Barros

DOI 10.22533/at.ed.6782111062

CAPÍTULO 3..... 26

CICLO DE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Ethel Louise Pereira dos Santos

Larissa Antunes Zanotti

Maria Virgínia Martins Mattar

Nathália Gonçalves Ferreira

Giovanna Carvalho de Almeida Avelar

Gustavo Costa de Souza

DOI 10.22533/at.ed.6782111063

CAPÍTULO 4..... 38

A EVOLUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MUDANÇAS DESDE A PRIMEIRA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL ATÉ A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Marcella Arraes Castelo Branco

Elenice de Alencar Silva

Flávio Ricardo Silva Sousa

DOI 10.22533/at.ed.6782111064

CAPÍTULO 5..... 52

CONSTRUÇÕES LÚDICAS DE BONECAS (OS) NA PERSPECTIVA DO CORPO E GÊNERO

Lidia Andrade da Silva

Leilane Alves Chaves

Nathália Martins Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6782111065

CAPÍTULO 6..... 62

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E REFERÊNCIAS ANGLO- AMERICANAS NO

PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA DO PERÍODO DE 1951 A 1971

Naiara Ramos

José Geraldo Pedrosa

DOI 10.22533/at.ed.6782111066

CAPÍTULO 7..... 72

REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO MEIO AMBIENTE PARTILHADAS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Francisca de Fátima de Lima Sousa

Dálet Helen Vasconcelos Veras Lima

João Pedro Cardoso de Macedo

Dinalva Clara Monteiro Santos Silva

Wyadyson Francisco de Sousa Maciel

DOI 10.22533/at.ed.6782111067

CAPÍTULO 8..... 84

O PROGRAMA INTEGRAL DE SAÚDE DA MORADIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Nathália Dias Pereira Alves Oliveira

Renato Pereira da Silva

Maria das Dores Saraiva de Loreto

DOI 10.22533/at.ed.6782111068

CAPÍTULO 9..... 95

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: COMO EDUCAR PARA A PAZ EM TEMPOS DIFÍCEIS?

Denilson Douglas de Lima Cardoso

Valdivina Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6782111069

CAPÍTULO 10..... 105

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA, UMA REALIDADE POSSÍVEL: LEI Nº 7.040/98/ SEDUC/MT NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MATO GROSSO

Márcio Paz Câmara

Silvia Regina Canan

DOI 10.22533/at.ed.67821110610

CAPÍTULO 11..... 115

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO ACERCA DOS PROFESSORES DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Mirela Viersa Morillo

Rodrigo Augusto Prando

DOI 10.22533/at.ed.67821110611

CAPÍTULO 12..... 132

COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL: A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE JUIZ DE FORA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Polyana Gomes de Matos

DOI 10.22533/at.ed.67821110612

CAPÍTULO 13	143
LIMITES DAS POLÍTICAS SOCIOEDUCACIONAIS NO BRASIL FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS	
Telmo Marcon	
DOI 10.22533/at.ed.67821110613	
CAPÍTULO 14	155
O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DA EPT NO ENSINO MÉDIO EAD	
Angelimar Santana Santos	
Marcelo Vera Cruz Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.67821110614	
CAPÍTULO 15	175
O PROCESSO DE ENSINO COMO INSTRUMENTO PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA	
Janaina Rossarolla Bando	
Daniel Pulcherio Fensterseifer	
DOI 10.22533/at.ed.67821110615	
CAPÍTULO 16	185
REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: AS POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR	
Maurício Cosme de Lima	
Simone Ferreira Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.67821110616	
CAPÍTULO 17	196
TECNOLOGIA SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E CIÊNCIAS POR MEIO DE CADERNO PEDAGÓGICO	
Natalia de Lima Bueno	
Amanda Bastos Almeida	
Gabriel Ribeiro Griten	
Jessica Alessandra Hungaro	
DOI 10.22533/at.ed.67821110617	
CAPÍTULO 18	202
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR: UM RECORTE TEÓRICO SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	
Helenice Bastos Batista Rocha	
Maria de Fátima de Andrade Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.67821110618	
CAPÍTULO 19	216
O QUASE-MERCADO EDUCACIONAL BRASILEIRO E A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA ENQUANTO PROJETO DE NAÇÃO	
Cristian Correna Carlo	

DOI 10.22533/at.ed.67821110619

CAPÍTULO 20	228
A DECOLONIALIDADE NO CURRÍCULO MÍNIMO DE SOCIOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Vitória Marinho Wermelinger	
DOI 10.22533/at.ed.67821110620	
CAPÍTULO 21	240
REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS	
Isadora Pereira Dias	
Giovana Giraldelli Mendes Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.67821110621	
CAPÍTULO 22	248
APREENSÕES SOBRE A DISCIPLINA POLÍTICA, GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Fábio Mamoré Conde	
Evelyn Iris Leite Morales Conde	
DOI 10.22533/at.ed.67821110622	
CAPÍTULO 23	257
NO ESTAR SENDO PEDAGOGO, PRIMEIROS DIÁLOGOS SOBRE E COM CIDADES EDUCADORAS	
Paula dos Santos de Oliveira	
Stefani Iolanda Gomes de Lima	
Lígia Dadalt Casaril	
Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67821110623	
CAPÍTULO 24	270
DA CÉDULA DE 200 REAIS AO NICHU E HABITAT: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DIALÓGICA	
Andiara Aparecida Sousa	
Richard Lima Rezende	
Antonio Fernandes Nascimento Junior	
DOI 10.22533/at.ed.67821110624	
CAPÍTULO 25	277
A NOÇÃO DE TRAVESSIA COMO DIALÉTICA CONCEITUAL	
Vagno Emygdio Machado Dias	
DOI 10.22533/at.ed.67821110625	
SOBRE OS ORGANIZADORES	290
ÍNDICE REMISSIVO	292

CAPÍTULO 22

APREENSÕES SOBRE A DISCIPLINA POLÍTICA, GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 15/03/2021

Fábio Mamoré Conde

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia -IFRO
Porto Velho - Rondônia
lattes.cnpq.br/5471949119651521

Evelyn Iris Leite Morales Conde

Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Porto Velho - Rondônia
lattes.cnpq.br/0476022547175057

RESUMO: O objetivo é demonstrar as apreensões da disciplina Política, gestão e financiamento da educação no Brasil, componente curricular do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A metodologia contempla revisão bibliográfica com livros e artigos científicos sobre política e gestão educacional e o contexto do financiamento do campo no Brasil. Como resultados, identifica-se a relevância do conhecimento e da crítica dos termos, conceitos e situações referentes aos temas da disciplina estudada, entre estes, políticas sociais, reforma do Estado, Sistema Nacional de Educação (SNE), participação, controle social e gestão democrática.

PALAVRAS-CHAVES: Política educacional, Gestão da educação, Financiamento da educação.

SEIZURES OF THE DISCIPLINE POLITICAL, MANAGEMENT AND FINANCING OF EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT: The objective is to demonstrate the seizures of the discipline Political, management and financing of education in Brazil, curricular component of the doctoral course of the postgraduate studies in Education at the Catholic University Dom Bosco, in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. The methodology includes a bibliographic review with books and scientific articles on educational policy and management and the context of financing of education in Brazil. As a result, identify a knowledge and criticism of the terms, concepts and situations related to the subjects of the studied discipline, among them, social policies, State reform, National Education System (SNE), participation, social control and management democratic.

KEYWORDS: Educational political, Education management, Finance of education.

INTRODUÇÃO

Compreende-se que discutir política, gestão e financiamento da educação no Brasil requer exame da conjuntura em que estão inseridas as suas ações e apreendê-las a partir de uma determinada concepção epistemológica, considerando os aspectos político, social e econômico de cada espaço, seja público ou privado. É, portanto, um exercício contínuo de apropriação crítica e de correlação da teoria com a empiria, com base em uma abordagem teórica específica.

Nesse sentido, importa destacar o que Freitas (1987) explica sobre a discussão em torno do projeto histórico, entendido como o enunciador de um tipo de sociedade ou organização social na qual se deseja transformar. Para essa transformação, o autor alude ao concreto, atrelado às condições existentes a postular meios e fins, pois, “Diferentes análises das condições presentes, diferentes fins e meios geram projetos históricos diversos” (FREITAS, 1987, p. 123). A política educacional se insere nesse debate, uma vez que constitui o projeto de sociedade, com meios e fins dependentes das múltiplas determinações da realidade concreta.

Assim, este artigo relata, de modo descritivo, a apropriação do conteúdo discutido na disciplina Política, gestão e financiamento da educação no Brasil, componente curricular do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, durante o percurso acadêmico destes autores.

A disciplina reuniu conteúdo sobre a educação brasileira, no âmbito das políticas públicas, em três unidades: organização federativa e políticas públicas de educação; transformações sócio-históricas e as redefinições no papel do Estado: implicações para as políticas educacionais; e o Estado brasileiro e a formulação e implementação de políticas públicas na educação básica (PPGE-UCDB, 2017). Entre os autores deste componente, destacam-se Abrucio (2010), Afonso (2001), Arretche (2002), Cury (2007a, 2007b, 2008), Dourado (2007), Lima (2014), Oliveira (2011), Peroni (2003), Saviani (2010, 2013), Shiroma, Moraes e Evangelista (2002) e Vieira (1992).

Adianta-se que o conteúdo da disciplina fora imprescindível para o início de um percurso sistematizado quanto ao conhecimento e à apreensão do campo das políticas educacionais, o que, antes, não era foco dos autores deste artigo, e que, atualmente, desenvolvem pesquisas com diálogo mais afinado e crítico, especialmente nos temas relacionados à educação profissional e tecnológica e à gestão democrática.

Da mesma forma que Cury (1987), entende-se a educação como elemento da totalidade social e, como tal, expressa a produção humana, que é formada pela unidade da estrutura econômica e da superestrutura, e ambas se ligam ao trabalho e a práxis social. Dessa forma, compreende-se que o conteúdo absorvido na disciplina muito contribuiu para o conhecimento, a reflexão, a análise e o posicionamento acerca da conjuntura que envolve a educação no Brasil.

APREENSÕES SOBRE OS TEMAS POLÍTICA, GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

As discussões iniciais na referida disciplina abordaram a organização federativa do país e as políticas públicas educacionais, temas que, correlacionados, oferecem a compreensão sobre a conjuntura do campo da educação. Repercutiu-se, ainda, o contexto

das demandas sociais como impulsionadoras de políticas específicas que, como descreve Cury (2013), são direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Inicialmente, destaca-se que, por política, apreendem-se as noções de Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), como um conjunto de atividades que, de uma forma ou de outra, são imputadas ao Estado moderno capitalista ou dele emanam. Desse modo, ao relacionar a política à educação, cita-se Cury (2013, p. 202), ao salientar que “o direito à educação se liga, intrinsecamente, à função pública do Estado”, e expressa que essa ligação se torna possível com o cumprimento da universalidade da escola e com o atendimento aos cidadãos, de modo justo e democrático. Mas, para isso, são necessárias políticas que articulem a materialização destes direitos, com políticas educacionais de acesso, permanência, para a qualidade do ensino, por meio do financiamento e da gestão na área. Observando que, ao tratar da educação de qualidade, entende-se essa qualidade como direito; sem exclusão, sem discriminação, sem desigualdade e com continuidade administrativa (CURY, 2014).

Ao abordar sobre a continuidade administrativa, ressalta-se a discussão sobre o Sistema Nacional de Educação (SNE), abordado por vários autores elencados no planejamento do componente curricular em questão, e que contemplam dimensões relacionadas à coletividade, autonomia responsável, articulações entre os entes federados e, sobretudo, à definição dos rumos da educação no país. Cury (2010, p. 166) examina que a articulação de um sistema federativo “[...] ganharia em organicidade, clareza e direção. [...] Com isso, evitar-se-ia a pecha de autoritarismo e consagrar-se-ia um *modus operandi* mais consequente ao regime da colaboração”.

Abrucio (2010) discorre que o SNE é um importante instrumento de autonomia entre os entes federados para efetivação de um regime de colaboração real e destaca que para a implantação do sistema, deve-se pensar, por exemplo, em “[...] uma política mais redistributiva dos recursos, para além da política equalizadora do Fundef e Fundeb” (ABRUCIO, 2010, p. 26).

Para Saviani (2010, p. 384), o SNE articularia, de modo conjunto os diferentes aspectos da educação no Brasil, “com normas comuns válidas para todo o território nacional e com procedimentos também comuns visando assegurar educação com o mesmo padrão de qualidade a toda a população do país”. Ou seja, não seria o SNE apenas um “guarda-chuva”, nas palavras do autor, sob o risco de ser um sistema meramente formal no país.

É importante enfatizar a assertiva de Saviani (2010), especialmente, pela realidade que o Brasil está inserido, enquanto, “sermos uma República Federativa”, conforme debatido por Cury (2010, p. 149), e pela “distinção entre Estado Nacional e União Federativa”, em que há “um polo central de poder e, ao mesmo tempo, difunde-se pela autonomia dos seus membros que possuem competências próprias” (CURY, 2010, p. 154). O que implica assimilar que, embora haja as instâncias locais, a educação é nacional, assentada nas diretrizes básicas nacionais, cabendo à União, por meio do Ministério da Educação, por

exemplo, exercer o papel de organizador da educação nacional. Por isso a importância de um SNE concreto, em articulação com os demais sistemas – estadual e municipal, e, mais, um Sistema Nacional atuante.

Para isso, o planejamento da educação nacional se torna um dos mecanismos para essa realidade, como pretendido com o Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Cumpre qualificar que o planejamento educacional é definido como um instrumento para a organização e racionalidade científica no campo da educação (FERREIRA; FONSECA, 2011). É compreendido como a expressão de uma política educacional, tornando-se elemento essencial da função política e um meio para organização, também, da política econômica e social de cada gestão governamental. O PNE 2014-2024 se dispôs como articulador do SNE, conforme debatido na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2014, compreendendo tanto PNE quanto SNE como política de Estado (CONAE, 2014).

Compreender a dinâmica da configuração do país e sua organização diante dos atributos para com a educação, colabora ao entendimento sobre o papel do Estado e sua responsabilidade para a garantia dos direitos educacionais, que, na análise do cenário brasileiro, recai, sobretudo, aos entes municipais por meio da descentralização das ações. Remete-se ao alerta de Cury (2002, p. 196), de que “a descentralização, nas mãos de um governo central poderoso, ganha um sentido de centralização de concepção e descentralização da execução”, notadamente, no âmbito municipal. O que pode ser definido como desconcentração, entendido como um processo em que as ações são concebidas pelo poder central e apenas executadas em nível hierárquico inferior, ou seja, pelos municípios (DOURADO *et al*, 2016).

Entende-se que a descentralização, sem a devida articulação nacional com as políticas educacionais locais, impacte principalmente as ações dos municípios sem sustentabilidade técnica e financeira. Cury (2002) descreve sobre outro aspecto a ser analisado acerca da descentralização e da capacidade dos municípios em cumprir suas responsabilidades. O autor discorre sobre a condição de “[...] deslocamento do público para o privado e aí reside o risco maior de uma competitividade e seletividade, de cortes mercadológicas, pouco naturais aos fins da educação” (CURY, 2002, p. 196).

Ao tratar da condição do público ao privado, recordam-se das discussões sobre o papel do Estado. É preciso destacar a apreensão sobre as redefinições de seu papel no contexto brasileiro, em diferentes conjunturas, que demonstram o caráter plural, em movimento, em que se dispõe a realidade concreta. Destaca-se neste artigo o ano de 1995, durante o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que apresentou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), conduzido pelo então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).

Para o PDRAE, o Brasil dos anos 1990 era um Estado em crise, logo, não poderia mais financiar e garantir os direitos sociais assegurados constitucionalmente, o que abriu caminhos ao não-estatal (PERONI, 2006). A partir dessa concepção liberal capitalista, o Plano reforçou o objetivo de “[...] fortalecimento do Estado para que sejam eficazes sua ação reguladora, no quadro de uma economia de mercado, bem como os serviços básicos que presta e as políticas de cunho social que precisa implementar” (BRASIL, 1995, p. 6); e enfatizou que colocaria a administração do país em uma condição de reconstrução em “bases modernas e racionais”. Bases estas na direção da privatização, da publicização e da terceirização dos serviços executados pelo Estado, o que evidencia a afirmação de Peroni (2003, p. 12), “Estado mínimo para as políticas sociais e Estado máximo para o capital”.

É interessante o exame de Arretche (2002) sobre as políticas sociais no Brasil fora do centro dos mecanismos de legitimação política dos governos, até os anos 1990; e que, a partir do governo FHC, passaram a configurar no cenário nacional. Para a autora a “estabilidade e coesão das burocracias da área social permitiram que a agenda de descentralização fosse implementada, por meio de programas diversos de indução das decisões dos governos locais” (ARRETCHÉ, 2002, p. 46). Ou seja, mesmo com a descentralização, os entes ainda estariam na dependência e sujeitos à direção do Governo Central.

Com a adoção do PDRAE ao gerencialismo, com fundamento na eficiência dos serviços, na descentralização das ações e no controle de resultados, conforme entendimento do então governo FHC, a redefinição do papel do Estado passaria a fortalecer-se na função de promotor e regulador do desenvolvimento econômico e social e não mais como o responsável direto na produção de bens e serviços. A descentralização foi um processo em destaque neste Plano, com a indicação do “setor público-não estatal para a execução de serviços que não envolvam o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso da educação [...]” (BRASIL, 1995, p. 13).

Na análise dos projetos de política educacional durante o período governamental de FHC, Peroni (2003) define dois movimentos nessa direção: a própria contradição diante desse Estado mínimo e máximo no processo de centralização e descentralização; e o conteúdo dos projetos de descentralização. Portanto, um caminho entrecruzado e comprometedor diante da possibilidade da execução e financiamento das políticas educacionais no país e, ainda, a cobrança por resultados dos entes federados com avaliação das instituições de ensino como mecanismo estratégico de controle, em uma lógica de atendimento aos interesses do capitalismo que perpassam a condição, entre outras denominações, de Estado-regulador e Estado-avaliador (AFONSO, 2001). Ou, ainda, como criticam Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), transformando tais avaliações como mecanismo de um “*apartheid* educacional”, em que são definidos os sujeitos/instituições de excelência, por meio do mérito.

Corroborado a essa assertiva, levantaram-se discussões sobre o modelo educacional em atendimento às demandas do mercado de trabalho, com críticas às determinações que relacionam diretamente as ações de formação da força de trabalho aos apelos capitalistas. Para Peroni (2006, p. 2), “[...] a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças que estão ocorrendo na redefinição do papel do Estado, mas é parte constitutiva dessas mudanças”.

Oliveira e Fonseca (2005) descrevem que essas mudanças interferem nos perfis profissionais e nas necessidades de consumo. Dessa forma, a política no campo educacional também se modificou, considerando as intenções econômicas e políticas do Estado para adaptação a uma nova ordem global, como ocorreu no Brasil a partir dos anos 1990:

[...] por meio das reformas e políticas educativas, os estabelecimentos educacionais têm modificado seus objetivos e prioridades, tendo em vista interesses, demandas e valores próprios do campo econômico, ou melhor, do mercado (OLIVEIRA; FONSECA, 2005, p. 57).

Assim, observa-se o estímulo ao mercado educacional privatista, seja pela via da terceirização ou das parcerias público-privadas, como discutido em Peroni (2003), e, com isso, ganha forma o elemento da competitividade.

Apreende-se que essas adaptações econômicas alinhadas ao ideário neoliberal e da globalização produtiva, geram efeitos irreversíveis na contemporaneidade capitalista: o desemprego, a individualidade, a educação como mercadoria e a precarização da força de trabalho, o que contribui ainda mais para a exclusão social. E “[...] é nesse contexto, que precisamos redefinir a educação” (OLIVEIRA; FONSECA, 2005, p. 64).

No campo dessa redefinição, finaliza-se esse artigo com o tema da gestão e do controle social das políticas educacionais, compreendendo que a coletividade na educação seja uma via salutar, já prevista na CF de 1988 e, logo, um princípio importante a ser materializado.

De forma conjuntural, a gestão democrática é uma “construção social que não dispensa a análise dos contextos históricos, dos projetos políticos e da correlação de forças” (LIMA, 2014, p. 1069), compreendido, assim, como um modelo que pode contribuir de modo indispensável à democratização e ao direito da educação. É, segundo Lima (2014, p. 1071), como

[...] realização passível de múltiplos graus de aprofundamento, de avanços e de recuos, de contradições profundas, seguindo de perto os matizes teóricos da democracia e das suas distintas teorias, bem como as intensidades variáveis das práticas de participação e, no limite, de não-participação, nos processos de decisão.

Nesse sentido, apreende-se sobre a democracia como elemento inserido na totalidade e que, ao se correlacionar à gestão democrática, demonstra seu caráter dinâmico, abarcando os processos de decisão, as relações de poder e o exercício da cidadania democrática e da participação ativa por parte de todos os sujeitos envolvidos (LIMA, 2014).

Dessa forma, a gestão democrática, como princípio do Estado nas políticas educacionais, enseja a participação dos cidadãos, que, conforme Cury (2002, p. 172), “querem ser ouvidos e ter presença em arenas públicas de elaboração e nos momentos de tomadas de decisão”, o que o autor define como a “democratização da própria democracia” (CURY, 2002, p. 172). Portanto, a condição para o exercício de uma cidadania ativa.

Entretanto, destaca-se o que Vieira (1992) examina sobre o método ou os métodos referentes ao entendimento ou às concepções acerca das políticas sociais. A depender das visões de mundo de cada sujeito, de cada cidadão, nas instâncias de deliberação, os posicionamentos distintos levarão esses sujeitos a caminhos distintos, o que, sem uma sistematização intelectual conjunta sobre o que se pretende atingir, pode resultar em proposições antagônicas e impossível de se atingir um objetivo comum. O cuidado, portanto, se direciona tanto à disposição ao coletivo, mas, também, e, especialmente, ao rumo desse pensar coletivo e seus desdobramentos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com base nas discussões de parte da bibliografia da disciplina Política, Gestão e Financiamento da Educação do PPGE-UCDB, é possível compreender a relevância do conhecimento das ideias articuladas sobre políticas educacionais e os elementos que estão em seu entorno, como a própria política, a economia e a ação ou não-ação do Estado.

Discorreu-se sobre temas caros ao campo educacional, dispostos de modo breve neste artigo, mas com reconhecimento destes autores de que carecem de aprofundamento e problematização contínuos, pois são assuntos essenciais do universo das políticas educacionais, da participação e do controle social.

Diante do exposto, considera-se que o conteúdo ofertado na referida disciplina foi relevante para apreender a conjuntura acerca das políticas, da gestão e do financiamento da educação no Brasil. Embora expresso de modo sucinto neste artigo, destaca-se que suas unidades colaboraram ao estímulo para posterior aprofundamento de temas jurídicos, econômicos, políticos, históricos e sociais, e, conseqüentemente, o aprimoramento da postura crítica sobre as políticas sociais brasileiras, sobretudo, educacionais.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da federação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: Unesco, 2010. p. 39- 70.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: MARE/Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1995a.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, 2001, p. 15-32.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARRETCHE, Marta. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação e Sociedade** Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 25-48.

CONAE. **Conferência Nacional de Educação 2014**. Ministério da Educação: Brasília, 09 a 23 de novembro de 2014. Disponível: www.conae2014.mec.gov.br. Acesso em: 10 mai. 2017.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação & Sociedade**. Campinas: CEDES, v. 28, n. 100, p. 831-855, out. 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação em tempos de contradição. In: Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 23, 2007. Porto Alegre. **Anais: Por uma escola de qualidade para todos: programação e trabalhos completos**. Porto Alegre: UFRGS/FACED/PPGEDU, 2007. P. 1-12. (1- CD Rom).

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

DOURADO, L. F.; AZEVEDO, J. M. L. de; OLIVEIRA, J. F. de; AGUIAR, M. A. da S.; AMARAL, N. C. **Sistemas de ensino e gestão: articulação e descentralização**. Pernambuco: CCS Gráfica e Editora, 2016.

FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 29, n. 1, 69-96, jan./jun. 2011.

FREITAS, Luiz Carlos. Projeto histórico, ciência pedagógica e “didática”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 27, 1987.

LIMA, Licínio C. Gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun.2011.

OLIVEIRA, João Ferreira; FONSECA, Marília. A educação em tempos de mudança: reforma do Estado e educação gerenciada. **Impulso**. Piracicaba, 16 (40), p. 55-65, 2005.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: BAZZO, Vera; PEGORARO, Ludimar. **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado, 2006. p. 49-58.

PPGE-UCDB. **Plano de aula da disciplina**: Política, gestão e financiamento da educação. Distribuição em *email* acadêmico, 2017.

SAVIANI, Dermeval. Sistema nacional de educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15. n 44, p. 380-412, mai/ago, 2010.

SAVIANI Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 34, n.124, 743-760, jul.-set. 2013.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Célia; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 25, 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 69, 105, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 168, 169, 251, 252, 255, 261

Administração Pública 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 107, 133

Agronegócio 1, 2, 3, 7, 10, 11, 12, 13, 153

Anglo-Americanas 62, 63, 64

Anísio Teixeira 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 87, 93, 124

Assistência Estudantil 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 155, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Avaliação 33, 34, 35, 36, 52, 53, 90, 92, 93, 107, 168, 174, 218, 220, 226, 227, 230, 252, 261, 262

C

Capitalismo 1, 28, 36, 116, 235, 252, 283

Cidadania 30, 60, 64, 87, 143, 144, 145, 153, 161, 172, 176, 180, 182, 185, 186, 188, 189, 190, 205, 211, 212, 226, 235, 237, 238, 242, 245, 253, 254

Cidade Educadora 175, 182, 257, 264, 267, 268

Ciências 20, 52, 53, 54, 58, 59, 61, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 75, 105, 126, 128, 129, 130, 131, 142, 190, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 218, 223, 227, 244, 259, 272, 284, 290, 291

Classe Social e Discriminação 202

Colaboração 28, 47, 84, 123, 127, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 197, 200, 244, 250, 272

Cooperação 30, 66, 71, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142

Corpo 6, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 118, 160, 190, 214, 217, 221, 225

Cultura de Paz 95, 98, 100, 101, 102, 103, 245

Currículo 3, 33, 47, 61, 69, 70, 82, 124, 125, 183, 185, 190, 191, 192, 194, 218, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 257, 263, 266, 268

D

Debates 21, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 178, 212, 221, 236, 258

Decolonialidade 228, 229, 231, 238

Desigualdade Socioeconômica 143, 145, 146, 151

Dialética 172, 196, 198, 277, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

Diálogo 31, 55, 67, 68, 71, 91, 98, 108, 136, 172, 179, 181, 183, 197, 198, 199, 200, 204,

210, 213, 233, 249, 260, 263, 266, 267, 270, 271, 273, 274, 275

Difusão de Conhecimento 26

Diversidade 39, 46, 58, 60, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 140, 156, 160, 203, 204, 206, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 232, 233, 235, 237, 242, 245, 254, 261, 281

Docentes 29, 52, 53, 91, 115, 116, 117, 125, 126, 127, 128, 189, 213, 218, 223, 224, 225, 237, 259, 265, 266, 268, 272

E

EaD 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 224

Educação 1, 2, 3, 5, 7, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 28, 29, 30, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 124, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289, 290, 291

Educação Ambiental 76, 82, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 200

Educação do Campo 15, 16, 18, 19, 24, 291

Educação Escolar Indígena 1, 3, 5, 7, 12

Educação para a Paz 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 104

Educação Profissional 47, 62, 63, 67, 69, 70, 155, 156, 158, 162, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 249, 277, 288, 289, 291

Educação Profissional Tecnológica 155, 162, 170, 171

Educacional 6, 7, 18, 36, 39, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 61, 62, 64, 66, 85, 93, 98, 99, 100, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 123, 127, 132, 141, 155, 173, 189, 190, 198, 203, 204, 205, 212, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 230, 231, 232, 241, 245, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 261, 276, 277, 282, 283

Emancipação 147, 148, 151, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 205, 279

Empreendedorismo Social 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131

Ensino Científico 216

Ensino de Ciências 52, 53, 54, 197, 227, 291

Ensino Médio 137, 138, 139, 140, 155, 158, 160, 162, 164, 166, 167, 171, 172, 173, 174,

233, 235, 236, 237, 247, 261, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289

Ensino Superior 33, 67, 68, 69, 71, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 115, 125, 126, 130, 139, 160, 171, 185, 187, 189, 192, 194, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 264, 268, 269, 290

Escola Comum 39, 42, 43

Extensão 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 72, 73, 75, 88, 89, 91, 92, 110, 111, 150, 160, 161, 168, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 240, 241, 242, 244, 246, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 290

Extensão Universitária 28, 29, 30, 31, 33, 36, 192, 196, 199, 257, 258, 264, 267, 268, 269

F

Família 4, 39, 43, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 64, 69, 92, 94, 153, 210, 213

Financiamento da Educação 248, 249, 254, 256

Formação do Pedagogo 185, 188, 261, 263, 266

Formação Inicial 49, 52, 53, 167, 190, 191, 195, 257, 258, 259, 262, 263, 267, 268, 291

G

Gênero 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 111, 144, 146, 152, 173, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 230, 231, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Gestão da Educação 106, 114, 248, 255, 257, 258, 262, 265, 266

Gestão Democrática 105, 106, 107, 109, 112, 114, 133, 143, 248, 249, 253, 254, 255, 262, 263, 266

I

Impactos Ambientais 1, 2, 7

Inclusão 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 68, 87, 88, 90, 120, 122, 127, 144, 162, 166, 169, 200, 234, 241

Interculturalidade 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Intersecção Raça/Etnia e Gênero 202

J

Justiça Social 101, 143, 245

L

Lei Nº 7.040/98/SEDUC/MT 105, 109, 110, 112, 113

Luta de Classes 15, 16, 23, 283, 284, 285, 288

M

Meio Ambiente 3, 7, 21, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 119, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 199

Movimento Social 15, 16, 17, 18, 23, 87

Mulheres 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 274

Multiculturalismo 228, 230

P

Pandemia 34, 135, 141, 158, 162, 170, 200, 217, 223, 226

Parceria 23, 26, 43, 47, 65, 66, 92, 120, 194, 224, 286, 290

Pedagogia 13, 15, 19, 24, 46, 70, 96, 103, 105, 146, 175, 177, 180, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 201, 202, 227, 239, 241, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 269, 276, 291

Permanência 39, 42, 45, 47, 48, 49, 68, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 133, 143, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 181, 250, 271, 274

Pesquisa 1, 2, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 15, 16, 24, 26, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 81, 82, 84, 88, 89, 92, 93, 94, 96, 100, 103, 115, 116, 117, 119, 125, 127, 128, 131, 132, 134, 135, 140, 142, 143, 155, 160, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 183, 184, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 204, 212, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 274, 276, 289, 290, 291

Política Educacional 18, 108, 114, 216, 219, 248, 249, 251, 252, 253, 256

Políticas Públicas 4, 5, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 46, 49, 50, 87, 103, 106, 113, 114, 132, 133, 134, 135, 141, 156, 157, 158, 170, 172, 173, 175, 185, 186, 188, 192, 194, 217, 218, 238, 240, 244, 245, 249, 261, 262, 267

Práticas Colaborativas 196

Problematização 230, 254, 270, 271, 272, 273, 274, 276

Q

Quase-Mercado 216, 217, 218, 220, 223, 224, 226, 227

R

Recurso Pedagógico 270, 273, 274

Reforma Agrária 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 25

Representações Sociais 72, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 212

S

Saúde 5, 15, 24, 64, 82, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 133, 157, 160, 169, 218,

240, 246, 276

Sociologia 69, 124, 126, 150, 154, 183, 214, 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Surdos 43

T

Textos Imagéticos 72, 74, 75, 78, 82

Travessia 212, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

U

Unidades Escolares 68, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 113

V

Violência Escolar 202, 206, 207, 213, 215

Violência Simbólica 202, 204, 205, 207, 208, 213, 214

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora
Ano 2021

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021